



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO



Janeiro/2010

Concurso Público para provimento de cargos de
**Agente de Defensoria
Assistente Social**

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'E02', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, entregue ao Fiscal da sala o Caderno de Questões e a Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS**

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto abaixo.

Administração da linguagem

Nosso grande escritor Graciliano Ramos foi, como se sabe, prefeito da cidade alagoana de Palmeira dos Índios. Sua gestão ficou marcada não exatamente por atos administrativos ou decisões políticas, mas pelo relatório que o prefeito deixou, terminado o mandato. A redação desse relatório é primorosa, pela concisão, objetividade e clareza (hoje diríamos: transparência), qualidades que vêm coerentemente combinadas com a honestidade absoluta dos dados e da autoavaliação – rigorosíssima, sem qualquer complacência – que faz o prefeito. Com toda justiça, esse relatório costuma integrar sucessivas edições da obra de Graciliano. É uma peça de estilo raro e de espírito público incomum.

Tudo isso faz pensar na relação que se costuma promover entre linguagens e ofícios. Diz-se que há o “economês”, jargão misterioso dos economistas, o “politiquês”, estilo evasivo dos políticos, o “acadêmico”, com o cheiro de mofo dos baús da velha retórica etc. etc. E há, por vezes, a linguagem processual, vazada em arcaísmos, latinismos e tecnicidades que a tornam indecifrável para um leigo. Há mesmo casos em que se pode suspeitar de estarem os litigantes praticando – data venia – um vernáculo estrito, reservado aos iniciados, espécie de senha para especialistas.

Não se trata de ir contra a necessidade do uso de conceitos específicos, de não reconhecer a vantagem de se empregar um termo técnico em vez de um termo impreciso, de abolir, em suma, o vocabulário especializado; trata-se, sim, de evitar o exagero das linguagens opacas, cifradas, que pedem “tradução” para a própria língua a que presumivelmente pertencem. O exemplo de Graciliano diz tudo: quando o propósito da comunicação é honesto, quando se quer clareza e objetividade no que se escreve, as palavras devem expor à luz, e não mascarar, a mensagem produzida. No caso desse honrado prefeito alagoano, a ética rigorosa do escritor e a ética irrepreensível do administrador eram a mesma ética, assentada sobre os princípios da honestidade e do respeito para com o outro.

(Tarcísio Viegas, inédito)

1. O autor do texto comenta o relatório do prefeito Graciliano Ramos para ilustrar a
 - (A) superioridade de uma linguagem técnica sobre a não especializada.
 - (B) necessidade de combinar clareza de propósito e objetividade na comunicação.
 - (C) possibilidade de sanar um problema de expressão pela confissão honesta.
 - (D) viabilidade de uma boa administração pública afirmada em boa retórica.
 - (E) vantagem que leva um grande escritor sobre um simples administrador.

2. Atente para as seguintes afirmações:
 - I. No 1º parágrafo, afirma-se que a administração do prefeito Graciliano Ramos foi discutível sob vários aspectos, mas seu estilo de governar revelou-se inatacável.
 - II. No 2º parágrafo, uma estreita relação entre linguagens e ofícios é dada como inevitável, apesar de indesejável, pois os diferentes jargões correspondem a diferentes necessidades da língua.
 - III. No 3º parágrafo, busca-se distinguir a real eficácia de uma linguagem técnica do obscurecimento de uma mensagem, provocado pelo abuso de tecnicidades.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

3. *Há mesmo casos em que se pode suspeitar de estarem os litigantes praticando – data venia – um vernáculo estrito (...)*

Nessa passagem do texto, o autor

- (A) vale-se de uma linguagem que em si mesma ilustra o caso que está condenando.
- (B) mostra-se plenamente eficaz na demonstração do que seja estilo conciso.
- (C) parodia a linguagem dos leigos, quando comentam a dos especialistas.
- (D) vale-se de um estilo que contradiz a prática habitual dos registros públicos.
- (E) mostra-se contundente na apreciação das vantagens da retórica.



4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:
- (A) *sem qualquer complacência* (1º parágrafo) = destituído de intolerância.
- (B) *jargão misterioso* (2º parágrafo) = regionalismo infuso.
- (C) *vazada em arcaísmos* (2º parágrafo) = rompida por modismos.
- (D) *a que presumivelmente pertencem* (3º parágrafo) = que se imagina integrarem.
- (E) *assentada sobre os princípios* (3º parágrafo) = reprimida com base nos fundamentos.
-
5. Na construção *Não se trata de ir contra (...), de não reconhecer (...), de abolir* (3º parágrafo), os elementos sublinhados têm, na ordem dada, o sentido de
- (A) contrariar - desconhecer - procrastinar
- (B) ir ao encontro - ignorar - suspender
- (C) contradizer - desmerecer - extinguir
- (D) contraditar - discordar - reprimir
- (E) ir de encontro - rejeitar - suprimir
-
6. Quanto às normas de concordância verbal, a frase inteiramente correta é:
- (A) O que marcou a gestão de Graciliano Ramos não foi, propriamente, os atos administrativos, mas as qualidades de seu memorável relatório.
- (B) Não são de praxe, nos documentos oficiais, virem combinados atributos como o da concisão e o da objetividade.
- (C) Quando se pensam nas linguagens e nos ofícios, é comum considerar que devam haver entre eles marcas estilísticas de alta especialização.
- (D) Mesmo às emoções mais inflamadas de um litígio pode dar vazão a uma linguagem clara e objetivamente contundente.
- (E) Aquele a quem não importa, em nenhum momento, as virtudes da concisão e da objetividade, só resta derramar-se em mau estilo.
-
7. Há **alteração** de **voz verbal** e de **sentido** na passagem da construção
- (A) *Sua gestão ficou marcada* para ***Sua gestão restou marcada***.
- (B) *É uma peça de estilo raro* para ***Trata-se de uma obra de linguagem incomum***.
- (C) *(...) que a tornam indevassável* para ***que a fazem incompreensível***.
- (D) *(...) devem expor à luz (...) a mensagem* para ***precisam revelar (...) o comunicado***.
- (E) *O exemplo de Graciliano diz tudo* para ***tudo é dito como exemplo para Graciliano***.
-
8. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Muito leitor curioso não deixará de pesquisar o famoso relatório de que trata o texto, providência de que não se arrependerá.
- (B) Aos leitores curiosos caberão promover pesquisas para encontrar esse relatório, com o qual certamente não se deverão frustrar.
- (C) Espera-se que os leitores habituais de Graciliano invidem todos os seus esforços no sentido de ler o relatório, cujo o valor é inestimável.
- (D) É tão primoroso esse relatório que os leitores de Graciliano romancista acharão nele motivos para ainda mais orgulhar-se do mesmo.
- (E) Sendo pouco comum admirar-se um relatório de prefeito, verão os leitores de Graciliano que não se trata aqui deste caso, muito ao contrário.
-
9. A pontuação está inteiramente correta em:
- (A) Quando prefeito de Palmeira dos Índios Graciliano, nem todos o sabem, escreveu a propósito de sua gestão, um relatório que se tornou memorável.
- (B) O autor do texto, até onde se pode avaliar não investe contra a linguagem técnica se esta é produtiva, mas contra excessos que a tornam ineficaz.
- (C) Ao caracterizar várias linguagens, correspondentes a vários ofícios, o autor não deixou de se valer da ironia, essa arma habitual dos céticos.
- (D) A ética rigorosa que Graciliano revela na escritura dos romances, está também nesse relatório de prefeito muito autocrítico e enxuto.
- (E) A retórica entendida como arte do discurso, pode ser eficaz ou inútil, dependendo dos propósitos e do talento, de quem a manipula.
-
10. Está plenamente adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:
- (A) O relatório para cujo o autor do texto chama a atenção está no livro **Viventes das Alagoas**.
- (B) Trata-se de um relatório de prestígio, para o qual concorreram o talento do escritor e a honestidade do homem.
- (C) Ao final do período aonde Graciliano ocupou o cargo de prefeito, compôs um primoroso relatório.
- (D) Às vezes o estilo de um simples documento, ao qual nos deparamos, torna-o absolutamente enigmático para nós.
- (E) Sempre haverá quem sinta prazer em produzir uma linguagem da qual é preciso um grande esforço para penetrar.



Atenção: As questões de números 11 a 15 referem-se ao texto abaixo.

Contribuição de um antropólogo

A maior contribuição do antropólogo Claude Lévi-Strauss (que, ainda jovem, trabalhou no Brasil, e morreu, centenário, em 2009) é de uma simplicidade fundamental, e se expressa na convicção de que não pode existir uma civilização absoluta mundial, porque a própria ideia de civilização implica a coexistência de culturas marcadas pela diversidade. O melhor da civilização é, justamente, essa “coalizão” de culturas, cada uma delas preservando a sua originalidade. Ninguém deu um golpe mais contundente no racismo do que Lévi-Strauss e poucos pensadores nos ensinaram, como ele, a ser mais humildes.

Lévi-Strauss, em suas andanças pelo mundo, foi um pensador aberto para influências de outras disciplinas, como a linguística. Foi ele também quem abriu as portas da antropologia para as ciências de ponta, como a cibernética, que era então como se chamava a informática, conectando-a com novas disciplinas como a teoria dos sistemas e a teoria da informação. Isso deu um novo perfil à antropologia, que propiciou uma nova abertura para as ciências exatas, e reuniu-a com as ciências humanas.

Em 1952, escreveu o livro **Raça e história**, a pedido da Unesco, para combater o racismo. De fato, foi um ataque feroz ao etnocentrismo, materializado num texto onde se formulavam de modo claro e inteligível teses que excediam a mera discussão acadêmica e se apoiavam em fatos. Comenta o antropólogo brasileiro Viveiros de Castro, do Museu Nacional: “Ele traz para diante dos olhos ocidentais a questão dos índios americanos, algo que nunca antes havia sido feito. O colonialismo não mais podia sair nas ruas como costumava fazer. Foi um crítico demolidor da arrogância ocidental: os índios deixaram de ser relíquias do passado, deixaram de ser alegorias, tornando-se nossos contemporâneos. Isso vale mais do que qualquer análise.”

Reconhecer a existência do outro, a identidade do outro, a cultura do outro – eis a perspectiva generosa que Lévi-Strauss abriu e consolidou, para que nos víssemos a todos como variações de uma mesma humanidade essencial.

(Adaptado de Carlos Haag, **Pesquisa Fapesp**, dezembro 2009)

11. Depreende-se da leitura do texto que um legado essencial do pensamento de Lévi-Strauss é

- (A) o reconhecimento das diferenças culturais como condição mesma para se compreender o que se considera civilização.
- (B) a noção de que todas as culturas são autênticas, porque se legitimam reciprocamente a partir de seus princípios.
- (C) a condenação do colonialismo, uma vez que a antropologia interpreta as sociedades tomando por base os povos primitivos.
- (D) a especialização da antropologia, que passou a se dedicar ao estudo de povos extintos e a reabilitar seus valores.
- (E) a abertura das ciências humanas para a cibernética, o que foi decisivo para o advento e o desenvolvimento da informática.

12. Atente para as seguintes afirmações:

- I. A originalidade de cada cultura, segundo Lévi-Strauss, está condicionada pelo modo como cada uma venha a integrar o sistema maior da civilização.
- II. A abertura para as ciências de ponta, promovida por Lévi-Strauss, permitiu que a antropologia se beneficiasse de um novo perfil e se articulasse com novas disciplinas.
- III. Com o livro **Raça e história**, a pedido da Unesco, Lévi-Strauss buscou fomentar as reflexões acadêmicas e introduzir novos conceitos, a partir de novas teorias.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

13. Pode-se, no contexto, substituir a expressão

- (A) (...) *implica a coexistência* (1º parágrafo) por **favorece a simultaneidade**.
- (B) (...) *deu um novo perfil* (2º parágrafo) por **atribuiu nova modalidade**.
- (C) (...) *não mais podia sair nas ruas* (3º parágrafo) por **já não se expunha**.
- (D) (...) *crítico demolidor da arrogância* (3º parágrafo) por **feroz renitente**.
- (E) (...) *abriu e consolidou* (4º parágrafo) por **expôs e investiu**.

14. Em relação aos índios americanos, a contribuição de Lévi-Strauss foi, conforme se afirma no 4º parágrafo,

- (A) torná-los atraentes, como tema de estudo, para todos os antropólogos.
- (B) reconhecê-los não apenas como seres exóticos, mas como criadores.
- (C) torná-los capazes de reivindicar direitos a que já tinham renunciado.
- (D) reconhecê-los como detentores de valores preciosos de outras épocas.
- (E) reconhecê-los como sujeitos outros que convivem em nosso tempo.

15. Foi um crítico demolidor da arrogância ocidental: os índios deixaram de ser relíquias do passado.

O sinal de **dois-pontos** da frase acima pode ser substituído, sem prejuízo para a correção e o sentido, por

- (A) entretanto.
- (B) a fim de que.
- (C) não obstante.
- (D) em razão do que.
- (E) mesmo porque.



16. Os títulos das colunas, na primeira linha de uma planilha eletrônica Excel 2003, para serem congelados na tela deve-se selecionar
- (A) a primeira célula da primeira linha, apenas.
 (B) a primeira célula da segunda linha, apenas.
 (C) a primeira célula da primeira linha ou a primeira linha.
 (D) a primeira célula da segunda linha ou a segunda linha.
 (E) somente as células com conteúdos de título, apenas.
17. A formatação de um parágrafo que deve terminar avançando até 1 cm dentro da margem direita de um documento Word 2003 exige a especificação
- (A) do Deslocamento em -1 cm (menos 1) a partir da margem direita.
 (B) do Deslocamento em +1 cm (mais 1) a partir da margem direita.
 (C) do Deslocamento em +1 cm (mais 1) a partir da margem esquerda.
 (D) da medida +1 cm (mais 1) no recuo Direito.
 (E) da medida -1 cm (menos 1) no recuo Direito.
18. Os cartões de memória, *pendrives*, memórias de câmeras e de *smartphones*, em geral, utilizam para armazenar dados uma memória do tipo
- (A) FLASH.
 (B) RAM.
 (C) ROM.
 (D) SRAM.
 (E) STICK.
19. Contêm apenas dispositivos de conexão com a Internet que não possuem mecanismos físicos de proteção, deixando vulnerável o computador que possui a conexão, caso o compartilhamento esteja habilitado:
- (A) hub, roteador e switch.
 (B) hub, roteador e cabo cross-over.
 (C) hub, switch e cabo cross-over.
 (D) roteador, switch e cabo cross-over.
 (E) roteador e switch.
20. Um programa completamente gratuito que permite visualizar e interagir com o *desktop* de um computador em qualquer parte do mundo denomina-se
- (A) MSN.
 (B) VNC.
 (C) BROWSER.
 (D) BOOT.
 (E) CHAT.
21. O artigo 2º, da Constituição Federal, ao enunciar que “são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”, consagra o princípio
- (A) da federação.
 (B) da soberania dos poderes.
 (C) do pluralismo político.
 (D) da separação dos poderes.
 (E) da igualdade dos poderes.
22. De acordo com a Constituição Federal, em relação ao direito de propriedade e a desapropriação, é correto afirmar que a desapropriação
- (A) somente poderá se dar no caso de propriedade rural que desatenda sua função social.
 (B) decorrente do descumprimento da função social dispensa o pagamento de indenização justa e prévia.
 (C) por utilidade pública somente pode ser implementada mediante justa e prévia indenização em dinheiro.
 (D) por interesse social dispensa o requisito da prévia indenização, porque se presta a fazer cumprir a função social da propriedade.
 (E) de imóvel urbano onde resida o proprietário é inconstitucional, em razão da inviolabilidade do domicílio.
23. O Município instaurou processo administrativo contra determinado cidadão para cobrança de multa. Recusa-se o servidor municipal a conceder vista dos autos ao cidadão, que desconhece os motivos da autuação. A atitude do servidor é
- (A) constitucional, uma vez que o Poder Público pode se recusar a prestar informações sobre processos administrativos, devendo o cidadão aguardar a fase judicial para obter vista dos autos.
 (B) constitucional, uma vez que o processo administrativo deve correr em sigilo, resguardando-se o direito de defesa do administrado na fase judicial.
 (C) inconstitucional, na medida em que o administrado pode, após a decisão administrativa final, obter vista do processo administrativo.
 (D) inconstitucional, na medida em que a concessão de vista está abrangida pelos princípios do contraditório e da ampla defesa, assegurados ao administrado no processo administrativo.
 (E) constitucional, cabendo ao administrado exercer seu direito de obtenção de certidão ao final do processo administrativo.
24. Em razão das fortes chuvas que assolaram determinada região do Estado, foi decretado estado de defesa pelo Presidente da República. Nos termos do que estabelece a Constituição Federal e legislação infraconstitucional pertinente, o decreto que veiculou a decisão permite
- (A) restrição a todos os direitos e garantias fundamentais estabelecidos na Constituição Federal, desde que por prazo determinado.
 (B) requisição de bens privados para disponibilização aos desabrigados, limitada a indenização a 50% do valor de mercado dos mesmos.
 (C) restrição ao direito de reunião, por prazo determinado e nas áreas especificadas.
 (D) desapropriação de bens públicos e privados para transferência aos desabrigados, mediante indenização por valor de mercado.
 (E) restrição, desde que por prazo determinado, do direito de defesa dos acusados, a fim de restabelecer a ordem pública.



25. A Lei estadual paulista nº 10.261, de 28 de outubro de 1968, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo,
- (A) foi recepcionada pela Constituição de 1988, aplicando-se, segundo regra nela contida, exceto no que colidir com a legislação especial, dos funcionários dos três Poderes do Estado e aos do Tribunal de Contas do Estado.
- (B) passou, no regime constitucional de 1988, a ter aplicação subsidiária, quanto aos servidores do Estado de São Paulo, em relação à Lei federal que dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos civis da União.
- (C) tornou-se inconstitucional face à Constituição Federal de 1988, posto que esta substituiu o conceito de funcionário público pelo de servidor público.
- (D) foi recepcionada pela Constituição de 1988, aplicando-se somente aos funcionários do Poder Executivo do Estado.
- (E) tornou-se inconstitucional face à Constituição Federal de 1988, face ao princípio da separação de Poderes.
26. De acordo com a Constituição Federal e sem prejuízo do disposto na legislação infraconstitucional pertinente, poderão ser servidores públicos os
- (A) brasileiros aprovados em concurso público, vedada, em qualquer caso, a participação de estrangeiros.
- (B) estrangeiros aprovados em concurso público de provas ou de títulos para preenchimento de, no máximo, um terço das vagas.
- (C) estrangeiros, desde que naturalizados, ou brasileiros aprovados em concurso de provas ou de títulos.
- (D) brasileiros aprovados em concurso de provas ou títulos, dispensado este requisito para o preenchimento de emprego público.
- (E) brasileiros e estrangeiros aprovados em concurso de provas ou de provas e títulos, que preencham os requisitos estabelecidos em lei.
27. De acordo com a Constituição Federal, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, EXCETO, entre outros casos, a de
- (A) três cargos de professor, quando houver compatibilidade de horário.
- (B) um cargo de defensor público com um de professor, quando houver compatibilidade de horário.
- (C) um cargo de defensor público com um de oficial de justiça, quando houver compatibilidade de horário.
- (D) um cargo de oficial de justiça com um emprego de auditor fiscal.
- (E) um cargo de defensor público com um emprego de procurador autárquico.
28. Determinado servidor público destruiu livro oficial a fim de ocultar lançamento que procedeu indevidamente. A conduta do servidor, a ser apurada e punida mediante instauração dos competentes processos pertinentes,
- (A) constitui ilícito penal, sem prejuízo de poder constituir ilícito administrativo.
- (B) constitui, exclusivamente, ilícito administrativo.
- (C) constitui crime de prevaricação, sem prejuízo de poder constituir ilícito administrativo.
- (D) constituirá ilícito penal apenas se o servidor público ocupar cargo efetivo.
- (E) constituirá crime apenas se o servidor exercer função remunerada.
29. De acordo com o que dispõe a Lei Complementar Estadual nº 988/2006, dentre as funções institucionais da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, insere-se a de
- (A) prestar a qualquer interessado orientação permanente sobre seus direitos e garantias.
- (B) representar em juízo qualquer interessado, individual ou coletivamente, para defesa de interesse difuso, coletivo ou individual homogêneo.
- (C) promover a tutela dos direitos individuais dos necessitados, excluídos menores e idosos, que devem ser representados pelo Ministério Público.
- (D) promover a mediação e conciliação extrajudicial entre as partes em conflito de interesses envolvendo direitos e garantias dos necessitados.
- (E) promover a tutela individual ou coletiva dos interesses dos necessitados, exceto no que se refere a direito do consumidor, cuja tutela é prestada pela Fundação Procon com exclusividade.
30. Determinado servidor público estadual, quando conduzia veículo oficial, provocou acidente com outro veículo ao desrespeitar a sinalização do semáforo (farol vermelho). O Estado, responsabilizado civilmente, demandou o servidor para ressarcimento do prejuízo consubstanciado nos danos que indenizou. Essa medida, de acordo com o que dispõe a Constituição Federal, é
- (A) inconstitucional, pois somente o Estado responde objetivamente pelos danos causados.
- (B) constitucional, pois ao Estado é assegurado direito de regresso em face do responsável nos casos de dolo ou culpa.
- (C) inconstitucional, pois somente seria cabível o ressarcimento no caso de dolo do servidor.
- (D) constitucional, desde que tenha ficado comprovado dolo do servidor.
- (E) inconstitucional, pois o servidor teria que ter sido demandado pessoalmente pela vítima, já que provocou o acidente.
31. Determinado município decidiu por construir um templo religioso, com verbas públicas, em imóvel público, destinado à frequência dos munícipes. A conduta do município é, face à Constituição Federal,
- (A) inconstitucional, uma vez que é competência exclusiva da União a definição territorial e a construção de templos religiosos.
- (B) constitucional, uma vez que o Município está promovendo investimentos próprios em imóvel de sua titularidade.
- (C) constitucional, uma vez que condizente com o princípio da liberdade religiosa e de livre manifestação do pensamento.
- (D) inconstitucional, uma vez que a decisão deveria ter sido objeto de plebiscito, a fim de observar o princípio da liberdade religiosa.
- (E) inconstitucional, uma vez que é vedado ao Município estabelecer cultos religiosos ou igrejas, independentemente de pretender fazê-lo em imóvel de sua titularidade.



32. Em relação à possibilidade de emenda à Constituição do Estado de São Paulo, é correto afirmar que
- (A) pode ser proposta somente por dois terços da Assembleia Legislativa.
 - (B) pode ser proposta por iniciativa do Presidente da Assembleia Legislativa, nessa qualidade.
 - (C) não pode ser proposta na vigência de estado de defesa ou de estado de sítio.
 - (D) não pode ser proposta pelo Governador do Estado, salvo se aprovada a medida por plebiscito.
 - (E) pode ser proposta por qualquer eleitor.
-
33. No dia 1º de julho de 2009, o Plenário do Tribunal Superior Eleitoral aprovou, em sessão extraordinária, o calendário das eleições gerais de 2010. A respeito dessa eleição é correto afirmar que
- (A) a partir de 1º de janeiro de 2010, os partidos políticos que realizarem pesquisas de opinião pública relativas às eleições ou aos candidatos ficam obrigados a registrá-las na Justiça Eleitoral.
 - (B) serão eleitos em 2010 o novo presidente da República e o vice-presidente, governadores e respectivos vices, senadores e respectivos suplentes, deputados federais, estaduais e distritais.
 - (C) as convenções para a escolha dos candidatos serão realizadas no mês de janeiro. Os partidos devem apresentar o registro de seus candidatos na primeira semana de março de 2010.
 - (D) debates e propagandas em páginas institucionais na internet poderão ocorrer até 30 de setembro.
 - (E) em 17 de agosto, a 33 dias da eleição, começa a veiculação da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, que termina em 17 de setembro, três dias antes do primeiro turno da eleição.
-
34. A história começa na Terra: Jake Sully (Sam Worthington) é um soldado que perdeu os movimentos, mas mesmo com essa deficiência aceitou o convite para trabalhar em exploração de minas no Planeta **Pandora**. Pandora é um local exuberante e hostil. O ar é fatal para os humanos. Existem plantas e criaturas predadoras e perigosas. Os nativos são humanóides azuis com mais de três metros, os Na'vi. Essas adversidades impedem que os exércitos tradicionais tenham sucesso na proteção das minas. Um programa de clones denominado **AVATAR**, que combina o DNA de humanos e de Na'vi foi criado. O resultado é o clone de um Na'vi que pode preservar a percepção de um humano. O irmão de Jake Sully foi o doador original e controlador de um desses avatares. Mas ele foi morto e a corporação responsável pelo projeto chama Jake para ir a Pandora pilotar o tal corpo, já que ele tem o DNA que combina. Em troca, ele poderá andar novamente. Essa parte do enredo do filme AVATAR que está construído sobre o significado de dois termos essenciais para a história: Pandora e AVATAR. Esses termos referem-se, respectivamente, ao mito
- (A) romano que narra a abertura de uma caixa que guardava todas as tragédias humanas e uma virtude, a esperança, que continuou fechada e um termo que vem do sânscrito, que significa literalmente 'encarnação'.
 - (B) romano que narra a chegada da primeira mulher ao Olimpo para desposar Júpiter e dar a luz a muitos deuses e a um termo, que vem da língua persa, que significa literalmente 'dominação'.
 - (C) grego que narra a chegada da primeira mulher à Terra e, com ela, a origem de todas as tragédias humanas e a um termo, que vem da língua persa, que significa literalmente 'dominação'.
 - (D) grego que narra a chegada da primeira mulher ao Olimpo para desposar Júpiter e dar a luz a muitos deuses e a um termo que tem origem no sânscrito, que significa literalmente 'encarnação'.
 - (E) grego que narra a chegada da primeira mulher à Terra e, com ela, a origem de todas as tragédias humanas e a um termo, que vem do sânscrito, que significa literalmente 'encarnação'.
-
35. Segundo o Portal IG (18.09), o filme "*Salve Geral*", de Sérgio Rezende, vai representar o Brasil no Oscar 2010. Baseado em fatos reais, o longa-metragem retrata
- (A) os incidentes provocados pelo PCC (Primeiro Comando da Capital) em São Paulo em 2006.
 - (B) a vida de Jean Charles de Menezes (Selton Mello), assassinado no metrô de Londres por agentes do serviço secreto britânico, ao ser confundido com um terrorista.
 - (C) o problema do duplo caráter, muito explorado na literatura por Allan Poe e Dostoiévski. O protagonista, José Costa (Leonardo Medeiros) é um *ghost-writer* que se angustia por não ter vida própria.
 - (D) o poder do misticismo numa comunidade perdida nos confins da Amazônia onde a população vive em função da crença nas previsões anuais de Santinho, um beato com características profanas.
 - (E) a história de Roberto Carlos Ramos, egresso da Febem, educador e considerado um dos maiores contadores de histórias do mundo.
-
36. A 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) terminou na noite do dia 17 de dezembro de 2009, aprovando 672 propostas que podem, no futuro, virar projetos de lei ou balizar políticas públicas da área. Entre elas, está a
- (A) que estabelece que a formação superior em área de ciências humanas é "necessidade essencial ao exercício do jornalismo profissional".
 - (B) proibição de que políticos possuam mais de uma emissora de rádio e TV em todo território brasileiro.
 - (C) criação de um "Observatório Nacional de Mídia e Direitos Humanos", para monitorar "desrespeito aos direitos do cidadão nas diferentes mídias brasileiras".
 - (D) proposta que defende que os crimes de imprensa sejam julgados de acordo com os códigos civil e penal em vigência no Brasil.
 - (E) criação da Ordem dos Jornalistas do Brasil, para "qualificar" o exercício da profissão, nos moldes da OAB.



37. Em decisão inédita, a administração de Barack Obama aprovou 13 pesquisas com células-tronco embrionárias de humanos para experimentos científicos. Pesquisadores serão financiados pelo governo dos EUA, sob uma nova política designada para expandir o apoio governamental para um dos mais promissores – e controversos – campos da pesquisa biomédica.

(<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u660722.shtml>. Acesso em 10/12/2009)

Bush havia vetado a pesquisa com células-tronco embrionárias porque

- (A) sendo católico fervoroso, aceitou conselhos do então cardeal Ratzinger para vetar o projeto do Congresso Americano.
- (B) ela contraria recomendações da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 1948.
- (C) ela nega a I Emenda da Constituição dos Estados Unidos da América, que trata dos limites da liberdade do povo americano.
- (D) entendia que ela “ultrapassa uma fronteira moral” e “dá sustentação a que se tire a vida de um ser humano inocente na esperança de se encontrar benefício médico para outros”.
- (E) afirmou que, se não vetasse, estaria contrariando as doutrinas cristãs que atribuem a Deus o poder sobre a vida e a morte.

38. Brasil e Bolívia, em dezembro deste ano, chegaram a um acordo para aumentar a receita boliviana com a exportação de gás natural. No início das negociações, os bolivianos exigiam um reajuste de US\$ 4,20 para US\$ 5 por milhão de BTU importado pelo Brasil. Porém, esse aumento era considerado, pelos negociadores brasileiros, pouco factível e sem base técnica e econômica. Contudo, a Bolívia queria de qualquer forma aumentar a receita com a exportação de gás.

(Adaptado de <http://ueba.com.br/forum/index.php?showtopic=85030>)

A solução encontrada pelos dois países foi

- (A) reconhecer que o gás enviado pela Bolívia é rico em GLP (mistura de metano e butano), etano e gasolina natural. Essas commodities têm valor alto no mercado internacional e, agora, serão pagas em separado pela cotação internacional.
- (B) fazer um reajuste de 252% sobre o preço do gás fornecido para a Termo Cuiabá. Hoje, a termelétrica paga um preço diferenciado de apenas US\$ 1,19 por milhão de BTU de gás natural importado da Bolívia. Como o preço era considerado completamente defasado por ambas as partes, foi acertado um reajuste para US\$ 3,20 por milhão de BTU.
- (C) cumprir um acordo de consumo mínimo pagando por 30 milhões de metros cúbicos ao dia de gás, ainda que o consumo médio diário transportado pelo Gasoduto Bolívia-Brasil seja de 10 milhões.
- (D) reconhecer que, partir de janeiro de 2003, a Petrobras passou a dever à GTB pagamentos mensais de cerca de US\$ 510 mil referentes à construção e ao uso das instalações de compressão do lado boliviano do gasoduto (Contrato Adicional).
- (E) compensar as alegadas perdas bolivianas com o gás com o investimento brasileiro na construção de uma nova refinaria de petróleo e de uma rodovia de 306 quilômetros entre as cidades bolivianas de Villa Tunari e San Ignacio de Moxos.

39. De acordo com o portal G1, o edital do leilão do trem-bala vai estabelecer um prazo máximo de cinco anos para que a obra seja concluída. Portanto, não haverá tempo hábil para que o projeto esteja concluído para a Copa do Mundo de 2014, que será no Brasil. A informação é do diretor-geral da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), Bernardo Figueiredo. O edital permanecerá em audiência pública até o final de fevereiro. A intenção da ANTT é fazer o leilão em maio. Sobre esse assunto é correto dizer que

- (A) o percurso do trem-bala será São Paulo-Rio de Janeiro.
- (B) o edital vai obrigar o futuro concessionário a construir uma estação em Aparecida (SP), no Vale do Paraíba.
- (C) o preço projetado para o percurso entre São Paulo e Rio de Janeiro é de R\$ 300,00.
- (D) haverá entroncamento para Campinas (SP), mas o percurso será feito por trem comum.
- (E) o edital prevê que a empresa que vencer a licitação deverá construir os trilhos do trem-bala e fazer a manutenção durante 60 anos.

40. No dia 24 de novembro de 2009, o Correio Brasiliense informava que em breve coletiva à imprensa, o presidente Mahmud Ahmadinejad disse que os dois países procuram resolver os problemas do mundo, combater as injustiças e buscam um mundo livre de armas de destruição em massa, particularmente armas nucleares. Aproveitou para defender, diante do anfitrião, o ingresso do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Indique o trecho de matéria que tem nexos político e geográfico com a notícia acima.

- (A) *A Coreia do Norte irá "pagar um preço" se continuar com seus testes nucleares e de mísseis, violando resoluções internacionais.*
(O Estado de S. Paulo – 26/05/2009)
- (B) *A Índia, que realizou seu primeiro teste atômico em 1974 e se declarou potência nuclear em 1998, lançou um ambicioso programa em 1983 para fabricar seus próprios mísseis.*
(<http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2009/10/12>)
- (C) *Os nacionalistas balúchis também se sentem incomodados porque o exército paquistanês realizou em sua região em 1998 os testes atômicos que demonstram sua capacidade nuclear, mas tem todos os silos atômicos no Punjab.*
(<http://blog.controversia.com.br>. Acesso 15/12/2009)
- (D) *Entre todos os países que realizaram testes nucleares, apenas a África do Sul desistiu da bomba atômica.*
(www.veja.abril.com.br. Acesso em 15/12/2009)
- (E) *O governo iraniano anunciou ontem que planeja construir dez novas usinas de enriquecimento de urânio, em um claro gesto de desafio às potências ocidentais após a censura da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), na sexta-feira.*
(O Estado de S. Paulo. 30/11/2009)



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41. *Dói muito mais arrancar um cabelo de um europeu que amputar uma perna, a frio, de um africano.
Passa mais fome um francês com três refeições por dia que um sudanês com um rato por dia.
É muito mais doente um alemão com gripe que um indiano com lepra...
É mais perverso cancelar o cartão de crédito de um belga que roubar o pão da boca de um tailandês.
É mais revoltante um português sem celular que um moçambicano sem livros para estudar...
E isto não são versos, isto são débitos.*

(Fragmentos da poesia de Fernando Correia Pina)

Os custos sociais têm sido pagos primordialmente pelos países periféricos, mas de modo geral, houve uma piora nos padrões de equidade social herdados do padrão do desenvolvimento do pós-guerra. Dessa forma, pode-se afirmar que:

- (A) há equívocos nesta afirmação na medida em que o neoliberalismo foi produzido muito mais nos países centrais e desenvolvidos como a Inglaterra, a França e os Estados Unidos.
- (B) as políticas de ajuste e re-estruturação do capitalismo apontam para o caráter de reconstrução da igualdade social e distribuição equitativa dos frutos do processo técnico e dos custos sociais.
- (C) houve ajuste social na América Latina a partir da instituição do neoliberalismo, na medida em que houve a ampliação da igualdade social.
- (D) o caráter global da modernização neoliberal está dado pelo sentido comum de agravamento das desigualdades e da produção de exclusão.
- (E) a modernização neoliberal teve em sua marca a instituição do estado mínimo para o capital e não para o social.

42. *A questão social está na base dos movimentos da sociedade brasileira, como produto e condição da ordem burguesa e diz respeito à sociedade de classes.*

(Raichelis, 1998)

Nesta linha pode-se dizer que a questão social:

- I. Expressa um conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que a formação da classe operária e seu ingresso no cenário político desencadeiam, no curso da constituição e desenvolvimento da sociedade capitalista.
- II. É a expressão da sociabilidade erguida sob o comando do capital, com todos os efeitos sociais que emergem da luta pela apropriação da riqueza social criada a partir do trabalho não pago.
- III. Constitui-se sinônimo de pobreza sem, contudo, ter vinculação com o modo de produção capitalista.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

43. A política social, segundo Evaldo Vieira, foi historicamente compreendida como:

- I. Resposta às necessidades sociais, satisfazendo-as ou não, pois a política econômica e a social vinculam-se à acumulação do capital.
- II. Estratégia governamental de intervenção nas relações sociais, unicamente pode existir com o surgimento dos movimentos populares do século XIX.
- III. Conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios destinados aos mais pobres e executado exclusivamente no campo público.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

44. A Constituição Federal de 1988 trouxe mudanças significativas, dentre elas a instituição da seguridade social, que pode ser compreendida como:

- (A) sistema de proteção social que a sociedade visa proporcionar a seus membros mediante uma série de medidas públicas contra as privações econômicas e sociais.
- (B) organizada por três pilares e dentre eles, constituído pela política de previdência social, com caráter não contributivo e visa garantir renda para as situações de risco que retirem ou dispensem o indivíduo da participação na vida economicamente ativa por situações diversas.
- (C) composta pela política de saúde, de acesso seletivo às áreas de maior vulnerabilidade pautada na fragmentação da atenção básica, de média e de alta complexidade.
- (D) constituída pela política de assistência social, de caráter universal destinada àqueles que possuírem renda familiar de 3 salários mínimos com a inserção destas em benefícios e na rede de serviços socioassistenciais.
- (E) sistema de proteção socioeconômica organizado com base no seguro social que tem como foco os grupos sociais participantes do mercado de trabalho.

45. A política de assistência social deve ser realizada de forma integrada às demais políticas sociais setoriais, visando a enfrentar as desigualdades e garantir mínimos sociais, na perspectiva da universalização dos direitos. Para isso essas políticas devem:

- I. Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade no indivíduo, visando contribuir especialmente para a convivência coletiva.
- II. Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais em áreas urbana e rural.
- III. Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e/ou especial para as famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.



46. A Lei Orgânica da Assistência Social estabelece a concessão de benefícios eventuais que se destinam aos cidadãos e famílias com impossibilidade de arcar, por conta própria, com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoque riscos e fragilize a manutenção do indivíduo, a unidade familiar e a sobrevivência de seus membros. Nesta linha, o benefício eventual é definido como:
- (A) PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – consiste no pagamento de um benefício à família para que a criança e o adolescente que se encontra em trabalho infantil supere essa condição e seja inserida, além da escola, na jornada ampliada.
 - (B) Benefício de Prestação Eventual – concedido mensalmente a idosos e pessoas com deficiência nas situações de agravamento da vulnerabilidade social.
 - (C) Auxílio-Natalidade – constitui-se em uma prestação para atenção necessária ao nascituro; apoio à mãe, no caso de morte do recém-nascido; apoio à família, no caso de morte da mãe.
 - (D) Auxílio-Reclusão – destinado às famílias que possuem chefes de família que se encontram privados de liberdade.
 - (E) Auxílio-Funeral – tem em vista reduzir a vulnerabilidade provocada pela morte de membro da comunidade e é pago somente em pecúnia.
47. O Estatuto do Idoso ao abordar os direitos do idoso preconiza que:
- (A) se o idoso ou seus familiares não possuírem condições econômicas de prover o seu sustento, impõe-se a obrigação alimentar solidária desse provimento, no âmbito da sociedade civil.
 - (B) para ter acesso à gratuidade no transporte coletivo público urbano e semi-urbanos, aos maiores de 65 anos, basta que o idoso apresente qualquer documento pessoal que faça prova de sua idade.
 - (C) no sistema de transporte coletivo interestadual observar-se-á nos termos da legislação específica, a reserva de 10% de vagas gratuitas por veículo para idosos.
 - (D) é assegurada a reserva, para os idosos, nos termos da lei local de 10% das vagas nos estacionamentos públicos ou privados.
 - (E) nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, o idoso goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observado a reserva de 10% das unidades residenciais para atendimento aos idosos.
48. A privação da liberdade para adolescentes em conflito com a lei é aplicada somente nos casos em que o ato infracional seja grave ou de violência à pessoa ou decorra de reiteração de outras infrações graves ou de descumprimento reiterado e injustificável de medida anterior imposta. Nesse caso, é obrigatório para as entidades
- (A) listar os pertences do adolescente e colher sua autorização expressa em documento para doá-los como forma de quebra de vínculo anterior do acometimento de atos infracionais.
 - (B) proceder o estudo social e pessoal de cada caso, reavaliado periodicamente a cada 12 meses, no mínimo, dando ciência dos resultados à autoridade competente.
 - (C) encaminhar para programas de apoio e acompanhamento de egressos sob a responsabilidade da Secretaria Municipal da Educação.
 - (D) informar o adolescente de sua situação processual somente quando estiver em vias de ser desligado para não criar falsas expectativas quanto aos encaminhamentos necessários.
 - (E) comunicar à autoridade competente todos os casos de adolescentes com doenças infectocontagiosas.
49. O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente prevendo a participação de diferentes órgãos que devem compor o Sistema de Garantia de Direitos. Nesta linha é correto afirmar que cabe ao
- (A) Conselho Tutelar a responsabilidade pelo ato de remissão, por meio do qual resolve não representar ao Juizado da Infância e Juventude para apuração de ato infracional de adolescente.
 - (B) Ministério Público a decisão sobre as ações de destituição do poder familiar, perda ou modificação de tutela ou guarda.
 - (C) Juizado da Infância e Juventude como função exclusiva de fiscalização aos programas de aprendizagem profissional e denunciar as irregularidades ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério do Trabalho e Emprego.
 - (D) Juizado de Infância e Juventude a decisão sobre ações decorrentes de irregularidades em entidades de atendimento, aplicando as medidas cabíveis.
 - (E) Ministério Público especificamente, aplicar penalidades administrativas nos casos de infração contra os direitos de crianças e adolescentes.
50. *A família propicia convivência vicinal mesmo em grandes cidades. É capaz de criar e fortalecer coesões microcomunitárias. No âmbito das comunidades, microterritórios das cidades, é preciso dar voz e vez às famílias, que precisam participar da interlocução política.*
- (Acosta e Vitale, 2008)
- No trabalho com famílias no campo da política pública faz-se necessário
- (A) eleger apenas a mulher na família como porta de relação e parceria, considerando o papel que hoje ela exerce perante o grupo familiar.
 - (B) compreender a família como corresponsável pelo desenvolvimento dos cidadãos.
 - (C) oferecer apenas assistência compensatória com escasso investimento no desenvolvimento da autonomia do grupo familiar.
 - (D) pensar idealizadamente num padrão de desempenho da família.
 - (E) considerar que cabe exclusivamente ao Estado a responsabilidade da reprodução e proteção social dos sujeitos que compõem o grupo familiar.
51. A Lei nº 12.010/2009 prevê que somente poderá ser deferida a adoção em favor de candidato domiciliado no Brasil não cadastrado previamente nos termos da lei quando
- I. se tratar de pedido de adoção unilateral.
 - II. for formulada por parente com o qual a criança ou adolescente mantenha vínculos de afinidade e afetividade.
 - III. oriundo o pedido de quem detém a tutela ou guarda legal de criança maior de três anos ou adolescente, desde que o lapso de tempo de convivência comprove a fixação de laços de afinidade e afetividade, e não seja constatada a ocorrência de má-fé.
- É correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) I e III, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) I, II e III.



52. Na atuação da Defensoria Pública no que se refere à área dos direitos da criança e do adolescente deve-se considerar que
- toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada a cada 2 (dois) anos.
 - a permanência de criança e adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 2 (dois) anos, salvo comprovada necessidade que atenda a seu superior interesse.
 - o direito de acesso ao processo de adoção após sua conclusão é exclusivo aos adotantes e pais biológicos para preservar o adotado de transtornos psicológicos.
 - as entidades que mantenham programa de acolhimento institucional estão proibidas, sem nenhuma exceção, em acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente.
 - o acolhimento familiar ou institucional ocorrerá no local mais distante da residência dos pais ou do responsável para que não haja interferência destes na ação institucional.
53. A Defensoria Pública, ao receber retorno do pedido de informações sobre o funcionamento dos serviços de saúde, deve levar em conta na análise da resposta, que o Sistema Único de Saúde – SUS deve estar estruturado
- sob o parâmetro da nacionalização, o que permite considerar sua efetivação linear e igualitária sem considerar as diferenças regionais.
 - com ênfase na participação do setor privado mediante a destinação de recursos públicos para a subvenção a entidades sem fins lucrativos.
 - pela hierarquização de suas diversas instâncias operacionais estruturadas segundo o grau das respectivas responsabilidades, sob o comando único.
 - com serviços que comercializem sangue humano e seus derivados especialmente para os casos de baixa complexidade.
 - com assistência gratuita parcial à população portadora de HIV e doentes de AIDS, pacientes com problemas renais crônicos e pacientes com câncer nas fases inicial e terminal.
54. O art. 193 da Constituição Federal de 1988 preconiza que a ordem social brasileira tem como base o primado do trabalho e como objetivo o bem-estar e a justiça social. A legislação social aborda os direitos dos cidadãos referentes ao trabalho, na qual se pode afirmar que
- a Lei Orgânica da Assistência Social estabelece como objetivo da política pública de assistência social a promoção da integração dos usuários ao mercado de trabalho.
 - o Estatuto da Criança e do Adolescente define que o adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, podendo inserir-se no mercado de trabalho na qualidade de trabalhador a partir de 13 anos.
 - a Lei sobre o apoio às pessoas com deficiência aponta para a promoção de ações eficazes que propiciem sua inserção, estabelecendo percentual de contratação somente para os setores públicos.
 - o primeiro critério de desempate em concurso público será a idade, dando-se preferência ao mais jovem para estimular a inserção destes no mercado de trabalho e diminuir o índice de desemprego para essa parcela em idade produtiva.
 - a regulação sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais estabelece a obrigatoriedade do afastamento do trabalho quando estiver em tratamento, independente da fase e do grau de comprometimento da doença mental.
55. Há uma população de baixa renda que ocupa uma determinada área urbana há vários anos. Ao analisar os seus direitos, o profissional deve levar em consideração:
- as áreas urbanas com mais de duzentos e cinquenta metros quadrados, ocupadas por população de baixa renda utilizada apenas para o desenvolvimento de sua atividade de trabalho, para a garantia de sua sobrevivência, são susceptíveis de serem usucapiadas.
 - o possuidor não pode, para o fim de contar o prazo exigido, acrescentar sua posse à de seu antecessor, mesmo utilizando-se de testemunhas oculares do tempo de moradia e também quando, na identificação de imóveis ocupados, os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural.
 - para a ação de usucapião especial urbana o autor não tem os benefícios da justiça e da assistência judiciária gratuita, nem perante o cartório de registro de imóveis.
 - as áreas urbanas com mais de duzentos e cinquenta metros quadrados, ocupadas por população de baixa renda para sua moradia, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, onde não for possível identificar os terrenos ocupados por cada possuidor, são susceptíveis de serem usucapiadas coletivamente, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural.
 - aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados adquirir-lhe-á o domínio, mesmo que seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
56. Ao tratar das características da Previdência Social brasileira pode-se identificá-la como:
- financiamento via regime de repartição e solidariedade inter e intrageracional.
 - gestão pública tripartite composta por governo, empregadores e trabalhadores.
 - gestão pública quadripartite com a participação do governo, trabalhadores, empregadores e aposentados/pensionistas.
- É correto o que se afirma APENAS em
- I e II.
 - I e III.
 - II e III.
 - I.
 - III.
57. *Controle Social é expressão de uso recente e corresponde a uma moderna compreensão da relação Estado-sociedade, onde a esta cabe estabelecer práticas de vigilância e controle sobre aquele.* (Carvalho, 1995:8)
- Dessa forma, ao analisar os conselhos, é correto afirmar que
- têm uma representatividade muito mais política do que social, expressando uma coerência entre a sua composição e o projeto político que o inspirou.
 - se apropriam de todo o poder de governo e devem usá-lo a favor da proposta de um determinado segmento para o efetivo cumprimento de seu papel executor de uma política pública.
 - têm representatividade social pelo papel que devem exercer cumprindo os requisitos, estabelecidos na Constituição Federal de 1988, na elaboração, implantação e execução de determinada política pública.
 - se constituem em espaços isentos de conflitos nos quais os interesses são comuns na relação Estado-sociedade.
 - são canais importantes de participação coletiva, que possibilitam compreender as propostas apresentadas pelos governos e possuem vínculo de subordinação com estes para que exerçam a fiscalização.



58. A reforma empreendida pelo Estado Brasileiro na década de 90 provocou a
- (A) ampliação do Estado, considerando as necessidades de apoiar o mercado no momento de desenvolvimento das indústrias de tecnologia de ponta.
 - (B) facilitação do pacto político no que diz respeito ao projeto nacional que congregasse diferentes ideários quer de esquerda como de direita.
 - (C) ampliação do investimento no campo social com primazia do Estado.
 - (D) diminuição do privatismo e ampliação das áreas de abrangência do Estado.
 - (E) fixação social de valores e ideários orientados pela racionalidade mercantil e não expandiu de forma satisfatória as ações no campo das políticas sociais.
59. O burocratismo no campo da gestão das políticas sociais traz efeitos considerados como:
- (A) formalismo e transparência.
 - (B) democratismo e competência.
 - (C) tecnificação e despolitização.
 - (D) pessoalidade e tecnificação.
 - (E) democratização e regulamentação.
60. Um dos princípios institucionais da defensoria pública é prestar atendimento interdisciplinar. No entanto, as profissões apresentam diferentes abordagens dos aspectos do real. Nesta linha, para se constituir uma ação interdisciplinar faz-se necessário
- (A) uma concepção unitária do saber e, ao mesmo tempo, individualizada em função do aprofundamento científico de cada área de atuação.
 - (B) compreender que a interdisciplinaridade só se dá no campo da construção do conhecimento e, no âmbito da ação prático-operacional deve-se ter uma concepção unitária do saber.
 - (C) reconhecer e não eliminar as diferenças, mas ter a clareza de que os diferentes saberes se re-encontram e se complementam.
 - (D) fazer a clara distinção entre a ciência e a filosofia, pois ambas contraem saberes sob bases epistemológicas diferentes e só esta diferenciação permite o êxito do trabalho interdisciplinar.
 - (E) entender que a complementaridade entre os diferentes saberes é mais eficaz quando se estabelece a base de hierarquização valorativa entre os mesmos.
61. *No processo de planejamento faz-se necessária a criação de condições para que a intervenção conduza a mudanças significativas.*
- (Baptista, 2000:73).
- Para tanto é preciso
- (A) procurar superar os limites do enfoque situacional para identificar prioridades de intervenção, adotando uma visão que não reduza a ação à imediatividade.
 - (B) apreender as prioridades da visão da sociedade como um todo harmônico e em movimento.
 - (C) dar atenção prioritária aos aspectos individuais e a-históricos, na medida em que a soma dos mesmos possibilita a construção da realidade dinâmica que se quer modificar.
 - (D) construir um arcabouço teórico com a visão funcionalista do todo social, pois esta visão responde de forma mais abrangente às questões da realidade social.
 - (E) considerar que mudanças significativas não são possíveis de serem previstas em processos de planejamento.
62. O Planejamento pode ser considerado a partir de diferentes abordagens. Ao se falar em planejamento participativo pode-se dizer que
- I. envolve um contínuo processo coletivo, numa deliberada e amplamente discutida construção de um futuro, na qual um maior número possível de membros de todas as categorias que constituem a comunidade tomam parte ativa.
 - II. sua ação é conjunta e se assenta nas relações dos homens entre si e com a sociedade.
 - III. a visão de homem e de mundo vai informar novas valorações nas dimensões humana, cultural e política.
- É correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
 - (B) II, apenas.
 - (C) III, apenas.
 - (D) I e III, apenas.
 - (E) I, II e III.
63. A Defensoria Pública tem como uma de suas atribuições promover "a orientação e a representação judicial das entidades civis que tenham dentre as suas finalidades a tutela de interesses dos necessitados, desde que não disponham de recursos financeiros para a atuação em juízo". Nesta linha, coube ao assistente social realizar a avaliação de determinado programa social, devendo compreender avaliação como:
- I. deliberadas, sistemáticas e complexas, orientando-se pelo método científico e apresentando caráter público. Incluem-se necessariamente as dimensões técnico-metodológica e política de forma articulada.
 - II. executadas somente no *post factum*, pois os resultados podem ser alterados durante o processo de execução dos programas e projetos sociais.
 - III. deliberadas, sistemáticas e complexas, orientando-se pelo método científico e apresentando caráter público, sem, contudo incluir a dimensão política para não prejudicar a avaliação técnico-metodológica.
- É correto o que se afirma APENAS em:
- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.
64. A profissão do assistente social deve ser compreendida sob dois ângulos. São eles:
- (A) realidade vivida e representada e pela consciência de seus agentes profissionais e doutrina social cristã que define a humanização da sociedade no mundo do capitalismo monopolista.
 - (B) cotidiano da vida da sociedade e as protoformas da *Rerum Novarum* como instrução cristã no modo de assistir os pobres.
 - (C) realidade vivida e representada e pela consciência de seus agentes profissionais e atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que conferem uma direção social à prática profissional.
 - (D) profissão socialmente determinada pela divisão sócio-técnica do trabalho e as orientações do humanismo pós-moderno.
 - (E) atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que conferem uma direção social à prática profissional e as protoformas da doutrina social cristã.



65. ... a pobreza maciça e a desigualdade obscena são flagelos tão terríveis dos nossos tempos que devem ser vistas como males sociais tão graves quanto a escravidão e o apartheid.

(Nelson Madela, 2005)

A construção de condições para a diminuição deste quadro de desigualdade é uma das atribuições da Defensoria Pública. O assistente social tem como um dos instrumentos de sua ação profissional a elaboração de parecer social. O parecer social pode ser entendido como:

- (A) esclarecimentos com base em conhecimento de várias disciplinas que exponha as condições de sobrevivência individual, referenciada nos pressupostos e fundamentos das ciências humanas e biológicas, com finalização de caráter conclusivo ou indicativo.
- (B) exposição e manifestação, enfocando objetivamente a questão ou situação social analisada, e os objetivos do trabalho realizado, a análise da situação, referenciada em fundamentos teóricos, éticos e técnicos, inerentes ao Serviço Social, com base em estudo rigoroso e fundamentado e uma finalização de caráter conclusivo ou indicativo.
- (C) documento resultante do processo de perícia social que apresenta o registro das informações mais significativas do estudo e da análise realizada e do parecer social.
- (D) uma introdução que indica a demanda judicial e os objetivos, a identificação dos sujeitos a metodologia para a sua construção e um relato sem construção analítica.
- (E) exposição e manifestação, enfocando objetivamente a questão ou situação social analisada, e os objetivos do trabalho realizado, a análise da situação, referenciada em fundamentos teóricos, éticos e técnicos, inerentes ao Serviço Social, com base em estudo rigoroso e fundamentado e uma finalização sem caráter conclusivo ou indicativo.

66. Considerando o importante papel que o contexto social tem na concretização dos direitos sociais, ao ser chamado para elaborar um estudo da situação o assistente social deve considerá-lo como:

- I. conjunto de informações, constantemente alimentadas e processadas, as quais se constituem em subsídios permanentes que permitem localizar, compreender, explicar e prever tendências de uma situação como um todo.
- II. documento que reúne as aproximações sucessivas do objeto a ser estudado sem juízo de valor, considerando que todos os elementos já estão dados *a priori*.
- III. instrumento capaz de acumular elementos de juízo que permitam esboçar hipóteses alternativas variáveis de intervenção.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

67. Ao atuar como assistente social no âmbito da Defensoria Pública deve-se responder alguns pressupostos éticos que congregam as dimensões da profissão. Nesta linha, espera-se que:

- (A) o profissional, considerando a necessidade de garantir direitos individuais, deve isolar os aspectos políticos e coletivos e se dedicar às situações do sujeito em questão.
- (B) as ações sejam propostas dentro dos marcos da sociedade capitalista, mas considerando os pressupostos éticos da doutrina social da igreja.
- (C) o fazer profissional tenha em seu horizonte a construção de sujeitos políticos e coletivos que permitam a criação de novos valores, que é também a criação de uma nova hegemonia no quadro das relações sociais.
- (D) a prática profissional supere a visão do indivíduo na perspectiva do enquadramento dos coletivos, no modo de produção capitalista.
- (E) o exercício profissional garanta a construção da harmonia e convivência do mundo capitalista financeiro com a solidariedade operária.



68. A Lei nº 8.662/93 que regulamenta a profissão do assistente social, indica em seu art. 5º as atribuições privativas. Dentre elas pode-se identificar:

- I. coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social.
- II. planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social.
- III. prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

69. O Código de Ética Profissional, editado pelo Conselho Federal de Serviço Social, em 1993, trata das relações com os usuários e, no conjunto de seus preceitos, destaca o papel da informação. Neste contexto destaca-se:

- I. garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos profissionais, resguardados os princípios deste Código.
- II. democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários.
- III. devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

70. No que concerne ao sigilo profissional, o Código de Ética prevê que

- (A) a quebra do sigilo só é admissível quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses dos usuários, de terceiros e da coletividade.
- (B) em casos de ação judicial sempre será correto revelar o sigilo profissional.
- (C) poderão descumprir o sigilo profissional os profissionais que atuam em equipe interdisciplinar, independentemente do tipo e quantidade da informação.
- (D) em nenhuma hipótese pode-se quebrar o sigilo profissional.
- (E) a quebra do sigilo profissional só é admissível quando se tratarem de situações que tragam prejuízo exclusivamente para a coletividade.